

**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS****Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento  
Sustentável****SUPRAM NORTE DE MINAS - Diretoria Regional de Regularização  
Ambiental****Parecer nº 14/SEMAD/SUPRAM NORTE-DRRA/2021****PROCESSO Nº 1370.01.0036317/2020-93**

<b>Parecer Único nº 14/2021 (SEI 1370.01.0036317/2020-93): ANEXO DE ALTERAÇÃO DE CONDICIONANTES VINCULADO AO PARECER ÚNICO Nº 28/2020</b>			
<b>INDEXADO AO PROCESSO:</b>	PA SLA nº 2434/2020	<b>SITUAÇÃO:</b>	Sugestão pelo deferimento
<b>FASE DO LICENCIAMENTO:</b>	LAC 2(LP+LI)	<b>VALIDADE DA LICENÇA:</b>	06 anos
<b>PROCESSO VINCULADO:</b> AIA SEI 1370.01.0017670/2020-35		<b>SITUAÇÃO:</b>	deferido
<b>EMPREENDEDOR:</b>	Janaúba Holding S.A.	<b>CNPJ:</b>	32.606.182/0001-35
<b>EMPREENDIMENTO:</b>	Usina de Energia Fotovoltaica Janaúba I Ltda.	<b>CNPJ:</b>	32.606.182/0001-35
<b>MUNICÍPIO:</b>	Janaúba/MG	<b>ZONA:</b>	Rural
<b>COORDENADAS GEOGRÁFICA (DATUM): SIRGAS 2000</b>		<b>Long:</b> 43° 22' 59,45" W <b>Lat :</b> 15° 53' 21,99" S	
<b>LOCALIZADO EM UNIDADE DE CONSERVAÇÃO:</b> ( ) INTEGRAL    ( ) ZONA DE AMORTECIMENTO    ( ) USO SUSTENTÁVEL (x) NÃO			
<b>BACIA FEDERAL:</b> Rio Verde Grande		<b>BACIA ESTADUAL:</b> Rio Gorutuba e Ribeirão do Quem Quem	
<b>UPGRH:</b> SF10-Bacia do Rio Verde Grande		<b>SUB-BACIA:</b> Riacho Marombinha e afluentes do rio Gorutuba	
<b>CÓDIGO:</b>	<b>ATIVIDADE OBJETO DO LICENCIAMENTO (DN COPAM 217/2017):</b>		<b>CLASSE</b>
E-02-03-8	Linhas de transmissão de energia elétrica		3
<b>EQUIPE INTERDISCIPLINAR</b>		<b>MATRÍCULA</b>	<b>ASSINATURA</b>
Análise técnica: Ozanan de Almeida Dias – Gestor		1 216 922 2	

Ambiental	1.210.033-2	
Análise jurídica: Rafaela Câmara Cordeiro - Gestora Ambiental	1.364.307-7	
<b>De acordo:</b> Sarita Pimenta de Oliveira – Diretora Regional de Apoio Técnico	1.475.756-1	
<b>De acordo:</b> Yuri Rafael de Oliveira Trovão – Diretor de Controle Processual	0.449.172-6	



Documento assinado eletronicamente por **Ozanan de Almeida Dias, Servidor(a) Público(a)**, em 15/03/2021, às 17:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rafaela Camara Cordeiro, Servidor(a) Público(a)**, em 15/03/2021, às 20:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Yuri Rafael de Oliveira Trovao, Diretor**, em 16/03/2021, às 17:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Sarita Pimenta de Oliveira, Diretor(a)**, em 16/03/2021, às 17:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **26786731** e o código CRC **0470F323**.



**Parecer Único vinculado ao SEI (Processo nº SEI 1370.01.0036317/2020-93):  
SEMAD/SUPRAM NORTE-DRRA nº 14/2021**

## **1. RESUMO**

O presente Parecer Único (PU) refere-se à solicitação de alteração da condicionante nº 09, e prorrogação de prazo das condicionantes nº 17 e 18 do PU nº 28/2020, constantes na Licença Prévia concomitante com Licença de Instalação (LP+LI) do empreendimento supracitado, localizado no município de Janaúba (MG).

O empreendimento prevê a instalação de linhas de transmissão de energia elétrica, e a atividade está enquadrada no código E-02-03-8 da Deliberação Normativa Copam 217/2017.

A atividade supracitada está licenciada ambientalmente através do processo administrativo SLA nº 2434/2020, julgado pela Superintendência Regional de Meio Ambiente do Norte de Minas, em 31/08/2020. A licença foi concedida com condicionantes, as quais estão apresentadas no anexo I do PU nº 28/2020.

Em 27/11/2020, através do processo SEI 1370.01.0054342/2020-67, a empresa solicitou prorrogação do prazo de cumprimento das condicionantes nº 17 e 18, alegando impossibilidade de cumprimento no prazo concedido.

Em 10/03/2021, através do processo SEI nº 1370.01.0036317/2020-93, o empreendedor solicitou a alteração do texto da condicionante nº 09, e reiterou pedido de prorrogação de prazo para cumprimento das condicionantes nº 17 e 18, alegando dificuldade no seu cumprimento na forma determinada pelo PU.

## **2. DISCUSSÃO**

### **2.1- Condicionante 09**

**Texto na íntegra:**

<b>09</b>	Apresentar manifestação ou anuência dos órgãos responsáveis pela linha férrea e na Rodovia BR 122, sob a interferência da linha de transmissão.	Antes de iniciar a instalação
-----------	---	-------------------------------



**Justificativa do empreendedor:** O empreendedor solicita a alteração do texto justificando-se que “o item 9, ao condicionar o início da instalação do Empreendimento à apresentação de “manifestação ou anuência dos órgãos responsáveis pela linha férrea e na Rodovia BR 122”, deixa de considerar que, dentre os seus 20,1 km de extensão, a LT apenas cruza a linha férrea e a rodovia em um único trecho em cada uma delas (= menos de 1% do traçado do Empreendimento), não havendo, a rigor, empecilho – ou mesmo risco – para o início da instalação de todo o trecho restante enquanto se aguardam as referidas manifestações”.

Requer, ao final de sua petição, que seja alterado o item 9 da LAC para que, na indicação do prazo de cumprimento deste item, preveja-se o seguinte: “Antes de iniciar a instalação da LT nas áreas de interferência com as vias”.

## 2.2-Condicionantes 17 e 18

### Texto na íntegra:

17	Apresentar Recibo de inscrição e Demonstrativo do CAR de todas as propriedades ou posses rurais que sofrerão interceptação ou alteração de suas respectivas Reservas Legais propostas. Memorando Circular nº 2/2020/IEF/DCMG	90 dias
18	Formalizar processo único de alteração de localização de Reserva Legal para as propriedades ou posses rurais que sofrerão interceptação de suas respectivas reservas legais averbadas, ou, aprovadas e não averbadas. Memorando Circular nº 2/2020/IEF/DCMG	90 dias

**Justificativa do empreendedor:** O empreendedor solicita a prorrogação de prazo das condicionantes acima, justificando que “a apresentação da inscrição do imóvel no CAR (item 17) e a concessão do acesso para alteração da localização da Reserva Legal (item 18) são de responsabilidade exclusiva dos proprietários ou titulares de posse dos imóveis rurais (cf. arts. 12, 15, III, e 29 da Lei Federal 12.651/12). Logo, o atendimento tempestivo das condicionantes 17 e 18 pressuporia, no mínimo, a anuência dos proprietários ou titulares de posse dos imóveis rurais em questão, com a disponibilização dos meios necessários à realização das alterações pertinentes no SICAR, o que não vem ocorrendo, mesmo ante os esforços da Empresa adiante descritos”. Cabe destacar que foram apresentados pelo



empreendedor os números dos Certificados Ambientais Rurais-CAR das propriedades as quais a linha vai cruzar, bem como seus demonstrativos.

Para cumprimento dessas condicionantes, o empreendedor solicita prorrogação de prazo por um ano.

### 3. ANÁLISE TÉCNICA

No tocante a prorrogação da condicionante 09, entende-se que, como não haverá nenhuma intervenção nas áreas e nas faixas de domínio da linha férrea e da rodovia, antes da anuência dos órgãos responsáveis por essas infra-estruturas, não se encontra impeditivos em alterar a condicionante.

Para o item 9, ressalta-se que o empreendimento está em processo de obtenção das anuências, que inclusive houve alteração de projeto para atender as especificações órgãos responsáveis das infra-estruturas. Diante do exposto, sugere-se a alteração do prazo da condicionante 09 para *antes de iniciar a instalação dos trechos da LT nas áreas de interferência na rodovia e na linha férrea, bem como nas suas respectivas faixas de domínio.*

No que concerne ao pedido de prorrogação das condicionantes nº 17 e 18, sendo justificada a impossibilidade de cumprimento das mesmas no período estipulado, uma vez que, são necessários tratativas com terceiros. Dessa forma, extrapolando a vontade do empreendedor, para que o mesmo consiga cumprir o condicionado. Entende-se ser razoável a prorrogação das referidas condicionantes.

### 4. CONTROLE PROCESSUAL

Sobre a possibilidade de alteração de condicionantes, bem como de seu prazo de cumprimento, o Decreto 47.383/2018, em seu art. 29, informa:

Art. 29. Em razão de fato superveniente, o empreendedor poderá requerer a exclusão, a prorrogação do prazo para o seu cumprimento ou a alteração de conteúdo da condicionante imposta, formalizando requerimento escrito, devidamente instruído com a justificativa e a comprovação da impossibilidade de cumprimento, até o vencimento do prazo estabelecido na respectiva condicionante.



No que se refere ao prazo dos pedidos de alteração e prorrogação, que é o prazo de cumprimento das condicionantes, determinado pelo artigo acima citado, verifica-se que os pedidos foram tempestivos, visto que: a) em relação à condicionante nº 09, a empresa pretende iniciar a instalação da obra em 15/03/2021, portanto a solicitação foi feita antes do vencimento do seu início; b) no que se refere às condicionantes 17 e 18, o primeiro pedido do empreendedor foi feito em 27/11/2020, antes da conclusão do prazo de 90 dias inicialmente concedido.

A equipe da Supram NM entende que o motivo apresentado pelo empreendedor é plausível, e por isso concorda com a alteração da condicionante nº 09, conforme texto sugerido pela empresa, e com a prorrogação de prazo das condicionantes nº 17 e 18, alterando-o para 01 (um) ano.

Por fim, a respeito da competência para julgamento de tais pedidos, conforme art. 29, §1º do Decreto 47.383/2018, “a prorrogação do prazo para o cumprimento da condicionante e a alteração de seu conteúdo serão decididas pela unidade responsável pela análise do licenciamento ambiental, desde que tal alteração não modifique o seu objeto”.

### 03- CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, a SUPRAM NM é favorável à alteração do texto da condicionante nº 09, na parte que trata do prazo, bem como à prorrogação do prazo das condicionantes nº 17 e 18, que passam se ler:

<b>09</b>	Apresentar manifestação ou anuência dos órgãos responsáveis pela linha férrea e na Rodovia BR 122, sob a interferência da linha de transmissão.	Antes de iniciar a instalação dos trechos da LT nas áreas de interferência na rodovia e na linha férrea, bem como nas suas respectivas faixas de domínio.
-----------	---	---



<b>17</b>	Apresentar Recibo de inscrição e Demonstrativo do CAR de todas as propriedades ou posses rurais que sofrerão interceptação ou alteração de suas respectivas Reservas Legais propostas. Memorando Circular nº 2/2020/IEF/DCMG	01 ano
<b>18</b>	<p>Formalizar processo único de alteração de localização de Reserva Legal para as propriedades ou posses rurais que sofrerão interceptação de suas respectivas reservas legais averbadas, ou, aprovadas e não averbadas. Memorando Circular nº 2/2020/IEF/DCMG.</p> <p>Destaca-se que nas áreas onde ocorrerá a supressão de vegetação em Reserva Legal, somente poderá ser iniciada a instalação após a aprovação do órgão ambiental da relocação ou compensação das áreas a serem intervindas.</p>	01 ano